

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM: RELAÇÕES ENTRE MATRÍCULA, FREQUÊNCIA E FLUXO DE PROMOÇÃO NO ENSINO PRIMÁRIO (1912-1930)

Talitha Estevam Moreira Cabral talitha.cabral@ufv.br Denilson Santos de Azevedo dazevedo@ufv.br (UFV)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns dos resultados obtidos por meio de um projeto de pesquisa realizado na Universidade Federal de Viçosa (UFV), a respeito da criação e primeiros anos de funcionamento do primeiro Grupo Escolar público fundado no município de Muriaé/MG. A investigação supracitada buscou realizar um estudo histórico do Grupo Escolar Silveira Brum (GESB) por meio de diversas fontes documentais que possam contribuir para recuperar e preservar a história, a memória e a identidade da escola. Este estudo, especificamente, aborda questões relativas à matrícula, frequência e fluxo de promoção no ensino primário dessa instituição, em suas duas primeiras décadas de funcionamento. O recorte temporal se justifica em virtude da data de criação desse estabelecimento de ensino (1912) e o fim da Primeira República no Brasil (1930). A pesquisa em foco objetiva compreender as relações entre matriculados e frequentes no educandário, e como essa situação influenciava ou não na promoção dos alunos. Para a consecução da investigação, foram realizadas buscas no Arquivo Público Mineiro (BH), no acervo existente na atual Escola Estadual Doutor Silveira Brum, no Arquivo Público da cidade de Muriaé e na Fundação de Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE). Através das pesquisas documentais realizadas foi possível localizar fontes primárias como as Atas de Instalação e Exames, os Termos de Assentamento e Posse, de Visitas Oficiais e Particulares, requerimentos, nomeações, decretos, ofícios e relatórios enviados à Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais no período. A construção do trabalho apoiou-se nos estudos dos teóricos da História da Educação Brasileira, particularmente os historiadores da educação mineira, os quais subsidiaram a realização da pesquisa. O cotejamento dos dados priorizou o estudo sobre as práticas educativas e a cultura escolar predominante nos grupos escolares criados no Brasil no início do século XX, cujos pressupostos contribuíram para identificar a dinâmica da historicidade desse modelo educacional, instalado a partir da chegada dos republicanos ao poder. Os resultados obtidos demonstram que a criação do Grupo Escolar Silveira Brum na cidade de Muriaé foi o marco inicial de um modelo de escolarização que surge em todo o país, incluindo o estado de Minas Gerais. Os dados obtidos através dos documentos pesquisados apontam para uma discrepância entre o número de matrículas, frequência e promoção no ensino. É de supor que tal condição representava um problema à gestão pedagógica do GESB, não obstante tais motivos para esse desnível não foram explicitamente identificados, acreditamos que a pouca importância dada ao ensino primário das crianças; a tentativa de conciliar trabalho e estudo; e ainda, o fato de muitos pais continuarem ministrando a educação dos filhos em escolas particulares ou em casas, possam ter contribuído para essa situação.

Palavras-chave: História da Educação. Grupo Escolar. Fluxo Escolar

O presente trabalho tem a intenção de apresentar alguns dos resultados alcançados por meio da investigação realizada a respeito do processo de criação e da cultura escolar instituída nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum (GESB), criado pelo decreto 3.305, de 5 de setembro de 1911 no município de Muriaé/MG e instalado em 7 de agosto de 1912.





A escolha do objeto de pesquisa se justifica, inicialmente, pela inexistência, até a presente data, de estudos científicos a respeito do educandário e da cultura escolar desenvolvida após a sua fundação. Aliado a este fator, a proximidade do centenário do Grupo enfatiza a importância de se estudar a primeira instituição de educação pública seriada no município. A periodização delimitada na pesquisa refere-se ao ano de instalação do GESB (1912) e se desdobra até o ano de 1930, que marca o fim do período da Primeira República no Brasil.

Para o estudo da formação do primeiro grupo escolar desta cidade, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as práticas educativas e a cultura escolar predominante nos grupos escolares criados no Brasil. Buscou-se estudar, ainda, esse movimento no estado de Minas Gerais, bem como as razões que possibilitaram consolidar esse tipo de estabelecimento de ensino em algumas das cidades mineiras, no período da Primeira República (1889-1930).

Ao mesmo tempo, foi feita uma análise das fontes, datadas entre 1912 e 1930, encontradas no Arquivo Público Mineiro, no acervo existente na atual Escola Estadual Doutor Silveira Brum, no Arquivo Público da cidade e na Fundação de Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE).

A análise das fontes primárias localizadas, como por exemplo, os livros e informações acerca da escolarização no Brasil e em Minas Gerais durante a Primeira República, aliado à documentação do Grupo, localizada nos arquivos pesquisados, contribuiu para identificar inicialmente algumas características da criação, organização e funcionamento da Escola, observando as transições e inovações vivenciadas pelo ensino primário em Muriaé.

Através das pesquisas documentais realizadas foi possível localizar fontes primárias como as Atas de Instalação e Exames, os Termos de Assentamento e Posse, de Visitas Oficiais e Particulares, requerimentos, nomeações, decretos, ofícios e relatórios enviados à Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais no período.

Na consulta desses acervos, verificou-se – na maioria dos casos – que não há uma preocupação com a conservação e manutenção documental, ou simplesmente o prédio não apresenta boas condições para o armazenamento, nem organização adequada das fontes, o que dificulta o acesso às mesmas por se encontrarem fragmentadas, em mau estado de conservação





ou abandonadas em locais impróprios para o funcionamento de um arquivo. Isso dificulta o trabalho do pesquisador, visto que, conforme relata Luciana Silva de Carvalho

[...] as falhas nos sistemas de controle da produção e tramitação dos documentos, a acumulação desordenada e a falta de normas e procedimentos arquivísticos comprometem a qualidade das atividades rotineiras, uma vez que dificulta o acesso à informação(...) (Apud BERNARDES e DELATORRE, 2008, p. 7)

Desse modo, o acesso às fontes documentais tem criado dificuldades para a consecução dessa pesquisa, em função de lacunas que não possibilitam uma apreensão mais acurada das informações relacionadas ao objeto de estudo. Não obstante, mesmo com as dificuldades na apreensão dos documentos para a realização da pesquisa, a análise dos materiais elencados possibilitou realizar uma caracterização da escolarização no município, e se a mesma se configurou em consonância com o ensino ministrado no Estado de Minas e no Brasil nesse período.

Baseados nessa documentação, e na análise das informações expostas nas fontes localizadas, foi possível perceber o número considerável de restrições no fluxo de promoção no ensino primário. Sendo assim, este trabalho se mostrará dedicado a discutir as possíveis causas que geraram e mantiveram esse quadro acentuado durante os primeiros anos de funcionamento do GESB.

A priori, iremos contextualizar a história do primeiro Grupo Escolar da cidade de Muriaé, apresentando aspectos considerados relevantes na história educacional desse estabelecimento de ensino para, posteriormente, apontarmos os dados relativos ao fluxo de frequência e promoção no ensino.

O processo de criação e os primeiros anos de funcionamento do GESB (1912-1930)

No período anterior à inauguração do Grupo Escolar Silveira Brum, o ensino primário em Muriaé ocorria por meio das escolas isoladas. A precariedade física e educativa dessas instituições de ensino foi alvo de críticas dos republicanos que desejavam expandir a instrução pública em todo o país, pois acreditavam que a educação escolar era componente basilar para a consolidação do novo governo.





A organização da escola primária na forma de Grupo Escolar levou a uma divisão mais eficiente do ensino, formando classes com alunos de mesmo nível de aprendizagem, o que possibilitaria a universalização da instrução elementar. Através do método intuitivo, o aluno era o centro do processo educativo.

Essas organizações foram se institucionalizando e sendo construídas, porém em ritmo diferenciado nos vários estados brasileiros. Segundo Bencostta (2005) coube ao então Distrito Federal e ao Estado de São Paulo esse pioneirismo de implantação. Em Minas Gerais a definição dos grupos escolares como espaço ideal para efetivar o ensino primário ocorreu através da lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, editada no governo de João Pinheiro (07/09/1906 a 25/10/1908).

A criação dos grupos escolares mineiros dependia, quase sempre, de relações políticas existentes no município. Assim sendo, na cidade de Muriaé, pode-se atribuir a criação do Grupo Escolar, em 1912, à influência política de Antônio da Silveira Brum, quem governou esse município de 1905 a 1920. Foi Deputado Estadual pela 2ª Circunscrição de Minas Gerais em duas legislaturas e Deputado Federal pelo 2º Distrito de Minas Gerais em três legislaturas.

Criado pelo decreto 3.305, de 5 de setembro de 1911, o GESB foi inaugurado em 07 de agosto de 1912 sob a direção do professor José Gonçalves Couto, que depois de nomeado por ato do Sr. Governador do Estado, Júlio Bueno Brandão, em 12 de janeiro de 1912, permaneceu no cargo até 13 de abril de 1936, quando se aposentou.

O corpo de profissionais compunha-se, inicialmente, de oito professores da cidade, muitos lecionando gratuitamente. No primeiro relatório de Gonçalves Couto enviado à Secretaria do Interior constatamos que era:

[...] de 8 o número de cadeiras existentes neste Grupo, regidos pelos seguintes professores: d. Maria Brandão Lobato, 4 amno mixto; d. Julieta Oliveira de Macedo, 3º amno mixto; d. Amélia Lopes, 2 amno feminino, d. Estephania Maria do Patrocínio, 2º amno masculino; d. Maria Amélia de Figueiredo, 1º amno feminino; d. Amélia Soares Figueirero, 1º amno mixto; Sr. Henrique Silva, 1º amno masculino, 1º classe; Lívio de Castro Carneiro, 1º amno masculino, 2º classe.

A partir da leitura das informações pesquisadas, podemos notar o rigor incorporado nas práticas implantadas no Grupo. Além disso, há uma exaltação dos ideais de "Ordem e Progresso" trazidos pela República, que são identificados em diversos documentos no GESB. Nos relatórios





anuais localizados podemos perceber que as comemorações da Independência do Brasil e da Proclamação da República sempre eram muito festejadas.

Outro documento que indica a disseminação dos ideais republicanos é um relatório de visita de particulares, em que um dos visitantes escreve:

Depois de percorrermos todos os salões de estudo, onde apreciei graciosos e complicados trabalhos manuaes, e outras cousas, soou, eloquentemente, a sineta que nos annunciava o recreio infantil. Instantes depois passava, em formatura elegante, a alegre criançada. A nota destaque do momento foi a continência á bandeira nacional. O que mais me admirou foi o respeito com que [...] saudaram o auriverde pendão. [...] todos os apparelhos exigidos pela pedagogia hodierna alli se encontram, no mais perfeito estado de asseio e conservação, prestando os seus relevantes serviços á causa da vida pratica [...] a mnemotechnia é observada com todo o rigor [...] (Relatório de visita de Particulares, 1913, s/p).

Nesta citação percebemos além da prática nacionalista realizada pelos alunos no GESB, a presença de instrumentos metodológicos para o exercício de uma pedagogia que aproveita o instinto e a tendência natural da criança, dando significado prático à aprendizagem.

Para ratificar o procedimento metodológico utilizado no Grupo, localizamos um outro relatório de visita de particulares, datado de 28 de dezembro de 1912, que identifica como as lições de coisas proposta pelo método intuitivo estava sendo trabalhada neste estabelecimento de ensino. Uma equipe de visitantes escreve em relatório explicando porque o educandário se configurava como um exemplo de modelo escolar:

É que nelle se conjugam e admiravelmente se casam os melhores mhetodos pedagógicos com a mais séria disciplina e ordem. As licções ministram-se por processos brandos e altamente profícuos fiados na intuição e analyse dos factos múltiplos que constituem a essência da escola moderna. A noção das coisas caminha da mais simples para a mais complexa, ensinando a mente infantil para dellas se apreender suavemente para a vida independente e autônoma do individuo na sociedade [...] nunca imaginamos que em quatro escassos mezes de aulas tanto se conseguisse de resultados esplendidos nesta casa [...] (Relatório de visita de Particulares, 1912, s/p)

Desse modo, baseado no método intuitivo de ensino, as disciplinas trabalhadas seguiam uma normatização do Regulamento Geral da Instrução e, para finalizar o período letivo, os alunos compareciam aos exames finais, e eram julgados por seus conhecimentos, sendo aprovados ou





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL"
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5
retidos por meio de atividades escritas e orais. Aos aprovados expedia-se diploma de aprovação em exame final.

Diante da identificação das práticas pedagógicas no GESB podemos perceber a intensa preocupação do diretor em averiguar a competência dos professores no exercício da profissão docente.

Essa situação pode ser comprovada com a leitura dos relatórios enviados ao Secretário do Interior, em que, quase sempre, o diretor Gonçalves Couto fazia menção aos professores do Grupo. Em 1914, especificou o comportamento de cada um, referindo-se à ordem, obediência e trabalhos realizados. No relatório do GESB de 1915, o diretor pontua o trabalho de cada professor, chamando a atenção na maioria das vezes. Os únicos elogios destinados aos docentes foram feitos a Julieta Macedo e Estephania do Patrocínio, quando disse que "em suas classes há sempre muito boa ordem e irreprehensivel disciplina".

Sobre os demais, o diretor critica negativamente e faz objeções para mudança de postura em sala de aula. Um relato presente nesse documento já demonstra o início de uma grande discussão que se formou mais tarde em torno do caso de um professor que se ausentava constantemente sem justificativa e desrespeitava a ordem do diretor. Nesse relatório, Gonçalves Couto só aponta críticas ao docente, segundo ele

[...] de todos os professores é o que mais dissabores, aborrecimentos e trabalho tem me dado. A sua classe é indisciplinadíssima, formando um verdadeiro contraste com as outras. Os alunos da mesma, meigos e dóceis, tornaram-se insolentes e grosseiros. O mal está no professor que gasta todo o tempo, excepto quando eu estou em sua classe, a passar-lhes grassa de compostura. O effeito é que os alumnos divertem-se com estes excessos do professor, que bate com os pés no sovalho, mette a régua na mesa, grita como um louco, tornando-se assim ridículo aos discípulos (...) (Relatório do Movimento do Grupo Escolar de Muriahé, 1915, s/p).

Além do rigor disciplinar exercido com os professores, outro aspecto relevante que nos chamou a atenção ao estudar os documentos encontrados foi a relação estabelecida pelo diretor Gonçalves Couto com os pais dos alunos, no sentido de informá-los a respeito das penalidades e da imposição da disciplina aos discentes. Nesse sentido, merece menção a correspondência enviada aos responsáveis por um estudante que não estava se comportando adequadamente no Grupo:





Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins, que o vosso filho [...], alumno deste Grupo, tem procedido muito mal em classe, conforme notas e communicações de sua professora. As penas estabelecidas pelo "Código Disciplinar"- admoestação, reprehensão, más notas, exclusão dos prêmios escolares, privação do recreio, reclusão na classe por meia hora, findos os trabalhos escolares – todas, pela professora, tem sido applicadas reiteradamente [...]

Nesse trecho apresentado, foi possível perceber o cumprimento do regulamento pela escola, demonstrando que o comunicado à família ocorreu mediante várias tentativas iniciais da professora em solucionar os problemas gerados pela criança. Outro delineamento traçado por esse relato aponta para os tipos de penalidades existentes no estabelecimento, que estavam relacionados às atividades, tempos e espaços escolares. Nota-se que o controle e intenção da pena sobre as condutas faziam parte do cotidiano da vida escolar e do tempo da escola.

No controle das atividades realizadas no educandário, além do diretor, surge a figura do inspetor escolar, também responsável em gestar o funcionamento das práticas pedagógicas que vinham sendo implementadas no Grupo. A ele cabia dirigir a parte técnica do ensino. Era ainda função dessa autoridade, por intermédio dos seus auxiliares, a fiscalização das escolas.

No Grupo Escolar Silveira Brum, constantes visitas de oficiais e particulares delineavam os trabalhos realizados. Os relatórios dessas inspeções eram quase sempre elogiando o bom desempenho da instituição, é importante salientar que as impressões relatadas nos cadernos de visitas localizados, sempre se preocupavam em apresentar a organização, a ordem e disciplina dos alunos.

Ao analisar os relatórios de visitas, podemos perceber que as inspeções deram grande ênfase aos aspectos curriculares, às orientações pedagógicas, didáticas e de ensino, além de preconizar o momento correto de avaliação. Tais narrativas acabam apontando certas características da escola e possíveis pontos para correção de rumos, pois diante dos apontamentos deixados nesses relatórios, o diretor buscava analisar e adequar sua forma de gestar as atividades desenvolvidas no Grupo.

Após a apresentação de informações sobre o cotidiano escolar do GESB, bem como a respeito dos sujeitos envolvidos no processo educativo e das relações tecidas entre os mesmos em





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 seu interior, apresentaremos considerações referentes à matrícula, a freqüência escolar e os demais aspectos alusivos ao fluxo de promoção nesse educandário, nos anos de 1912 a 1930.

Matrícula, frequência e fluxo de promoção no ensino primário do GESB

Dispusemo-nos, então, a analisar dois aspectos relevantes que também fizeram parte da história do Grupo Escolar Silveira Brum: a obstrução no fluxo de promoção e a diferença entre as informações obtidas, sobretudo, a respeito da matrícula e freqüência dos alunos.

Em visita ao arquivo Público Mineiro e ao acervo da atual Escola Estadual Doutor Silveira Brum, encontramos em ofícios e relatórios enviados à Secretaria de Ensino, evidências que demonstraram que a matrícula no GESB era realizada em consonância com as exigências presentes no Regulamento da Instrução, sendo realizadas durante o mês de janeiro, com exceção do primeiro ano de funcionamento do educandário, no qual as matrículas foram realizadas de 18 de julho a 7 de agosto:

Organizado o Grupo, foi por V. Excelência, em offício de 13 de julho de 1912 numero 181, autorizado a, pelo praso máximo de vinte dias abrir neste estabelecimento de ensino a matrícula: "[...] Mandei imprimir boletim que [...] foram espalhados pela cidade, avisando aos interessados que se, achava aberta a matricula no Grupo. De 18 de julho a 7 de agosto matricularam-se 568 alumnos, sendo 320 meninos e 248 meninas [...] é de 8 o número de cadeiras existentes neste Grupo.

Em 1914, José Gonçalves Couto se organizou para que a matrícula ocorresse da maneira mais eficiente possível, segundo consta em seu relatório:

De acordo com o Regulamento, fiz no dia 7 de janeiro espalhar boletins pela cidade avisando que se achava neste grupo de 12 as 4 da tarde dos dias uteis aberta a matrícula.

Dividi a cidade em 9 secções, encarregando cada professor da matrícula numa destas secções. A medida tomada foi excelente: de 7 a 31 de janeiro matricularam-se 663 alumnos, 340 masculino e 323 feminino.

Dessa maneira, entendemos que a divulgação realizada a respeito do GESB estava alcançando seu objetivo inicial de levar instrução ao maior número de crianças possível, isso se verifica ao analisar as matrículas iniciais no educandário.

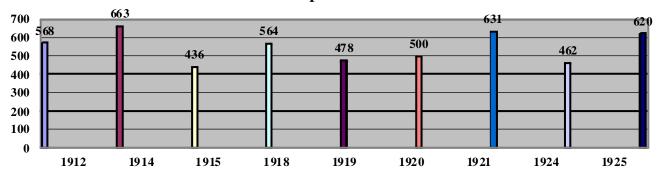




IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nos materiais pesquisados referentes ao período abarcado neste trabalho, encontramos os dados relativos à matrícula inicial dos anos de 1912 a 1925, com lacunas nos anos de 1913, 1916, 1917, 1922 e 1923, conforme apresenta o gráfico abaixo:

Matrículas no Grupo Escolar Silveira Brum



Fonte: Relatórios anuais sobre o movimento do Grupo Escolar

Analisando as informações supracitadas percebemos que o ano com maior número de matrícula inicial foi 1914, isso se deve provavelmente à novidade representada pelo Grupo após seus dois primeiros anos de funcionamento.

Podemos também observar que há uma regularidade de oscilação do número de matriculados. No entanto, pode se dizer que estes valores eram relativamente elevados. É importante ressaltar que, com as análises realizadas, foi possível perceber, ainda, que a relação entre meninos e meninas matriculados no Grupo Escolar Silveira Brum demonstra um equilíbrio entre esses números em ambos os sexos. Na maioria dos casos notificados, estes dados são praticamente os mesmos, variando um pouco para mais ou para menos.

No primeiro ano de funcionamento, de 18 de julho a 7 de agosto de 1912 matricularam-se 568 alunos, sendo 320 meninos e 248 meninas. Em 1914, de 7 a 31 de janeiro matricularam-se 663 alumnos, 340 do sexo masculino e 323, feminino. O 2º semestre daquele ano iniciou-se com 498 alunos (257 homens e 247 mulheres) e finalizou com 436 crianças (217 meninos e 219 meninas). No ano de 1918 matricularam-se neste Grupo 564 alunos, sendo 306 do sexo masculino e 258 do sexo feminino. Ainda na segunda década de funcionamento do GESB, no ano de 1925, essa proximidade do número de meninos e meninas matriculados permaneceu, foram matriculados 620 estudantes, dos quais 328 eram do sexo masculino e 292 eram do sexo feminino. Todavia,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

percebe-se que apesar da pequena diferença, em todos estes anos a maioria de matriculados foi do sexo masculino. Na divisão das salas, encontram-se relatos de separação entre os sexos, mas também nota-se que existiam as salas mistas.

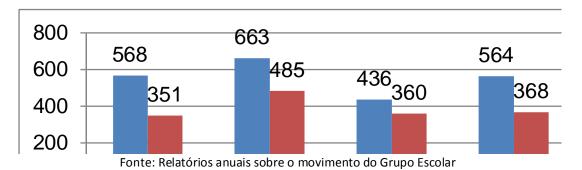
Persistindo na análise do gráfico percebe-se que o ano de 1921 recebeu o segundo maior número de matrículas, seguido do ano de 1925, ano com o 3º maior contingente de alunos matriculados. Isso pode ser um demonstrativo da credibilidade associada ao Grupo na sua segunda década de funcionamento.

Mediante as informações anteriores podemos perceber que o fluxo de alunos no Grupo era suficientemente intenso, o que resultou, inclusive, na divisão dos turnos no colégio. Isso pode ser verificado nos documentos emitidos, na maioria das vezes, pelo diretor notificando o elevado número de matriculados neste estabelecimento.

Não obstante, com base em alguns dados colhidos nos materiais pesquisados, percebemos que há um paradoxo entre o número de alunos matriculados e número de frequentes, o que nos levou a realizar uma análise mais detalhada a respeito dessa situação.

Nos documentos analisados, encontramos a relação matrícula versus freqüência relativa aos anos de 1912, 1914, 1915, 1918 e 1925 e percebemos que o contingente de alunos que se matriculava no Grupo em todos esses anos era mais elevado do que o número de crianças que permaneciam no mesmo no decorrer do ano. No gráfico abaixo, é possível fazer uma análise comparativa entre esses dados:





Se analisarmos o gráfico, podemos perceber que em todos os anos retratados, a freqüência foi inferior à matrícula. O ano de 1912 é o que houve o maior contraste, com 351 frequentes dos



568 matriculados, ou seja, aproximadamente 61% dos alunos apresentaram presença contínua no Grupo.

Nos anos seguintes, esse desnível também se mostrou evidente: em 1914 foram 663 matriculados contra apenas 485 assíduos. O ano de 1915 foi o que essa relação mais se aproximou, tendo como freqüência cerca de 82% dos alunos. Já em 1918, o desnível volta a se manifestar, com apenas 368 alunos frequentes dos 564 registrados no início do ano, o que permaneceu no ano de 1925, com 620 inscritos versus 420 assíduos, o que representa uma margem de 67%.

Esses dados contraditórios nos levaram a investigar se não havia, no estado de Minas Gerais, políticas que garantissem a permanência dos alunos nas salas de aula. Nas pesquisas realizadas, foi possível constatar que a legislação de ensino do Estado, destaque para a lei n° 800, de 27 de setembro de 1920 definia a obrigatoriedade do ensino para as crianças de 07 a 14 anos, tornando a frequência indispensável, não podendo o aluno ter mais de três faltas mensais, exceto em caso de moléstia.

Todavia, não era essa a realidade no Grupo Escolar Silveira Brum, em que muitas crianças eram matriculadas no início do ano letivo, mas não acompanhavam assiduamente as aulas durante o ano letivo, devido a vários motivos. Diante deste quadro, decidimos investigar quais os principais motivos para essa disparidade entre matrícula e freqüência.

Um dos principais aspectos a serem destacados é o fato de muitos pais precisarem dos filhos para ajudar no sustento da família, desse modo, as crianças carentes financeiramente, tendiam a abandonar a vida escolar, mesmo tentando conciliar trabalho e estudo.

Outro fator relevante é que muitos pais ou responsáveis matriculavam as crianças no Grupo apenas para cumprimento da lei, e não se importavam nem fiscalizavam a assiduidade dos filhos nas escolas.

Supõe-se, ainda, que mesmo com a centralidade do prédio do Grupo, as crianças de bairros afastados do centro ou da Zona Rural encontravam dificuldades de se locomover até a escola. Por isso, outro grande empecilho para a permanência dos alunos no Grupo se devia ao fato dos pais resistirem em mandar seus filhos para a escola, pois insistiam em ministrar a educação dos filhos em casa ou em escolas particulares próximas a suas residências.





Uma outra suposição, diz respeito à dificuldade das crianças em acompanhar o novo modelo pedagógico proposto pelos republicanos, com a criação dos Grupos Escolares. A nova metodologia de ensino, baseada principalmente na Lição das Coisas, afastava as crianças das salas de aula, com medo de não conseguirem se adaptar ao método.

Persistindo na análise da documentação encontrada a respeito do GESB, principalmente as Atas de Promoção, outra situação que nos chamou a atenção faz referência à obstrução do fluxo escolar. Ao final do ano letivo, após a realização das avaliações mensais, o diretor escrevia, em relatório, o número de alunos promovidos de uma série a outra no ensino.

Para aprovação, o aluno deveria ter média de aproveitamento, procedimento acima de cinco e frequência mínima às aulas, podendo se ausentar dos trabalhos escolares três vezes ao mês. Os nomes dos aprovados eram lavrados nos "Termos de Promoção", que eram escritos por classe, constando data, nome de cada professor e a série lecionada, seguida do nome dos alunos promovidos e não promovidos. Tal ata se encerrava com um resumo numérico das promoções e a qualificação da aprovação dos alunos (Com distinção, plenamente ou simplesmente).

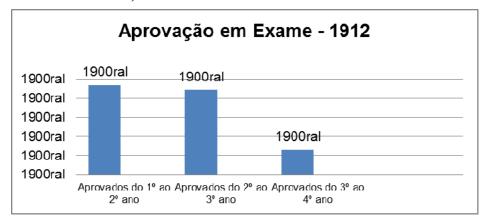
A leitura das "Atas de Promoção" encontradas sobre o GESB nos mostra que os exames neste educandário ocorriam quase sempre no mês de novembro ou dezembro. A forma pela qual eram realizadas essas avaliações não está explícita em tais documentos, todavia percebe-se que há uma preocupação em classificar e ordenar, de acordo com os conceitos, os estudantes da escola.

Ao analisar a relação dos alunos promovidos no ensino, um aspecto relevante diz respeito à obstrução do fluxo escolar, principalmente no 1º ano primário. Segundo a pesquisa realizada, essa situação já podia ser percebida logo no primeiro ano de funcionamento do GESB.

Os gráficos abaixo apresentam alguns dos dados encontrados a respeito da aprovação em exames dos alunos do referido Grupo:







Fonte: Atas de Exame e Relatórios de Promoção.

Se analisarmos o número de matriculados no ano de 1912, surpreende-nos o número de alunos promovidos, principalmente do 1º ao 2º ano. Das 363 crianças registradas nessa série de ensino, apenas 25% foram promovidas ao 2º ano. A aprovação do 2º ao 3º ano se demonstra mais equilibrada, com 89 dos 119 matriculados progredindo de série no ensino. Do 3º ao 4º ano, menos da metade dos alunos foram promovidos, apenas 26 dos 65 inscritos. Esses dados nos instigam a entender o por que de tão baixos níveis de aprovação nos exames, principalmente do 1º ao 2º ano. Segundo Azevedo e Carvas (2011, p.10),

[...] os alunos ainda no início da vida escolar enfrentavam muita dificuldade para acompanhar as aulas de maneira satisfatória. O ritmo escolar imposto aos alunos, ainda inexperientes na vida acadêmica, se mostrava um desafio, muitas vezes não superado pelos estudantes, o que acarretava na evasão escolar ou na retenção e não progressão entre as séries.

No ano de 1916, não encontramos dados relativos à promoção em cada série, mas uma análise interessante de se fazer diz respeito ao número de alunos que concluíram o ensino primário:

ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO PRI

50

22

Fonte: Atas de Exame e Relatórios de Promoção.





Se pensarmos que, em 1912, primeiro ano de funcionamento do Grupo, o número de alunos matriculados no 1º ano foi de 363, e se nos apoiarmos na ideia de que, para se concluir o ensino primário, se levaria quatro anos, percebemos que a aprovação de 22 crianças no 4º ano em 1916 comprova que 341 crianças não acompanharam a promoção conforme seria o esperado. Nota-se, então, uma representativa desistência de alunos quando se compara com o número de matriculados no início de 1912. Desse modo, pode-se perceber que "muitos ficaram pelo caminho, talvez pela frágil condição socioeconômica ou pelo próprio código¹ utilizado pela escola na comunicação das suas atividades pedagógicas" (ABREU JUNIOR e GUIMARÃES, 2011, p. 7-8).

Em relatório sobre a promoção dos alunos em 1919, Gonçalves Couto especifica o número de aprovados por turma, e qual o conceito obtido pelas crianças durante os exames:

Foi o seguinte o resultado dos exames realizados neste grupo nos dias 15,16, 17 e 18 de janeiro deste anno:

1º anno

Foram approvados 45 alumnos: 2 com distinção, 37 plenamente e 6 simplesmente. Não preparados – 14.

2º anno

Approvados – 31 alumnos: plenamente, 20. Simplesmente, 11. Considerados não preparados, 5.

3º anno

Approvados – 27 alumnos: 2 com distinção; 18 plenamente; 7 simplesmente. Considerados não preparados – 6.

4º anno

Approvados – 33 alumnos: com distinção - 12; plenamente, 21. Todos que compareceram, passaram. Aos alumnos que concluíram o curso – 17 meninas e 16 meninos, - foram conferidos os certificados de approvação, em sessão solene. (Relatório de Promoção no ensino, 1919, s/p)

No ano de 1925, não encontramos detalhamento nenhum a respeito das aprovações. Não foi possível localizar dados referentes à matrícula e frequência em cada turma para fins de comparação entre frequentes e promovidos no ensino. Todavia, sabemos que a matrícula inicial total nesse ano foi de 620 alunos. E o número total de aprovados foi 336, o que representa 54%

2321

FROM 1822 NOVA 1922

Furninstra de Norte

Misse Bir Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur Balant

Bur

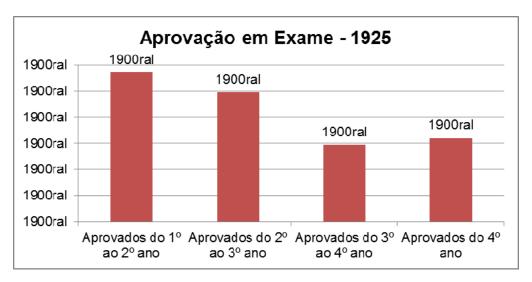
_

¹ O conceito de código, neste contexto, remete, de acordo com Bourdieu (1992), à rentabilidade de uma relação de comunicação pedagógica, ou seja, o grau em que ela é compreendida e assimilada pelos alunos dependeria do grau em que os alunos dominam o código necessário à decifração dessa comunicação. FONTE: (ABREU JUNIOR e GUIMARÃES, 2011).



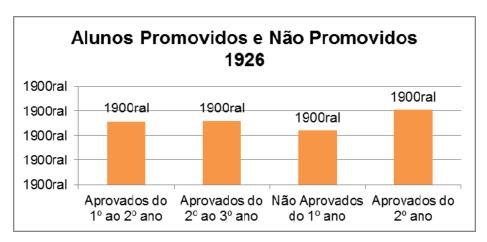
IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

das crianças, pouco mais da metade de matriculados foram promovidos nesse ano, conforme apresenta o gráfico abaixo:



Fonte: Atas de Exame e Relatórios de Promoção.

Abaixo apresentamos o número de alunos promovidos e não promovidos em 1926:



Fonte: Atas de Exame e Relatórios de Promoção.

Percebe-se, através do registro desses dados, que foi representativo o número de reprovações ocorridas no ano de 1926. Dos 229 alunos matriculados no 1º ano, apenas 129 foram promovidos para o 2º ano, o que representa 56% das crianças.





Supostamente, esse desnível entre promovidos no ensino representava um problema à gestão pedagógica do Grupo. Em Muriaé, não encontramos evidências que comprovassem os reais motivos para a ausência das crianças na escola e a obstrução no fluxo escolar. Inclusive, este é um ponto que gerou contradições e dúvidas, visto que a discrepância entre esses dados possivelmente era indicativo de falha no processo educativo que contemplava desde a admissão dos alunos até a permanência e promoção dos mesmos no educandário. Diante desde quadro, a preocupação em manter as crianças no GESB deveria ser, sobretudo, uma das principais intenções do diretor que pretendia tornar o estabelecimento referência para o Estado.

Considerações finais

Verifica-se que até o final do século XIX existiam diferentes formas de se oferecer o ensino em todo o Brasil. Haviam as escolas domésticas através de professores particulares, as escolas particulares e as escolas isoladas, tanto rurais quanto urbanas. Muriaé praticamente não difere desse modelo de escolarização até os anos de 1912, com a instalação do primeiro grupo escolar público do município.

A criação do Grupo Escolar Silveira Brum na cidade de Muriaé foi o marco inicial de um modelo de escolarização que surge em todo o país, incluindo o estado de Minas Gerais.

Esse estudo tomou possível observar que o educandário criado pretendia atender as exigências da república, com a divisão do trabalho, de modo a controlar os espaços e tempos escolares. A nova metodologia de ensino utilizada contava com a figura do diretor como responsável pela organização do trabalho, com a presença de um professor como regente do ensino elementar a um grupo de alunos divididos por séries no ensino primário. Essas modificações nas práticas escolares contribuíram para concretizar uma aprendizagem progressiva, com a gradativa implantação de um trabalho pedagógico cada vez mais embasado nos princípios republicanos e patrióticos.

Com a análise dos primeiros documentos produzidos a respeito da instalação e do funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum procuramos descortinar alguns dos aspectos que permearam o cotidiano do Grupo durante o período em foco. Nesse contexto, um aspecto que





chamou a atenção está relacionado à discrepância entre o número de matrícula e freqüência, e de promovidos no ensino, fato que esteve presente desde a criação do Grupo Escolar, perdurando durante décadas. Apesar do desconhecimento explícito da causa desse desnível, é de se supor que sejam os principais motivos: a pouca importância dada ao ensino primário das crianças; alguns alunos tentarem, sem sucesso, conciliar trabalho e estudo; e ainda, muitos pais continuarem ministrando a educação dos filhos em escolas particulares ou em casas.

Referências

Documentos pesquisados em Arquivos

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Atas de Instalação, posse, exames, etc. 1912-1924. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Ofícios enviados e recebidos da Secretaria de Educação do Estado. 1912 a 1930. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Termos de Visitas Oficiais; Termos de Visitas Particulares (1912-1927). (Arquivo Público Mineiro e Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Cadernos de avaliação e certificados de aprovação dos alunos. 1913-1916. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Relatório do Diretor. 1913-1919. (Arquivo Escola Estadual Doutor Silveira Brum).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Atas de Instalação e Exames; Relatórios do diretor; Termos de Assentamento e Posse; Visitas Oficiais e Particulares; diplomas; requerimentos; nomeações; decretos; licenças; procurações; frequência dos professores e/ou alunos 1912-1930. (Arquivo Público Mineiro).

GRUPO ESCOLAR SILVEIRA BRUM. Documentos referentes à Caixa Escolar 1916-1924. (Arquivo Público Mineiro).

Revista de Historiografia Muriaeense. Ano II, nº 2 – Muriaé/MG. Maio, 1979.

Referências

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; GUIMARÃES, Paula Cristina David. A cultura material escolar como fonte de pesquisa das práticas escolares em São João del-rei (1930-1945). Revista Educação: Teoria e Prática, 2011.

AZEVEDO, Denilson Santos de; CARVAS, Giovanna Maria Abrantes. **GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO MARTINS (1930-1945): CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS RESTRIÇÕES NO FLUXO DE PROMOÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO.** Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/554.doc. Acesso em 19 de dezembro de 2011.





BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M.H.C. & STEPHANOU, Maria (Orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68–76.

BERGER, Miguel André & ALMEIDA, Anne Emile Souza de. A instrução pública em Sergipe na era da modernidade analisando a trajetória dos Grupos Escolares. In: Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectivas Históricas, 3, 2004, Paraná. Anais. CD – ROM.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos Pardieiros aos Palácios - Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro Vago. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.

FARIA, Maria Auxiliadora de. O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé. Muriaé, 1995.

GONÇALVES, Irlen Antônio. CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli Aparecida Cação. As mulheres professoras, as meninas leitoras e o menino leitor: a iniciação no universo da escrita no patriarcalismo rural brasileiro. Uma leitura a partir de Infância de Graciliano Ramos. Cad. CEDES [online]. 2004, vol.24, n.63 [cited 2011-09-16], pp. 165-191 . Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S010132622004000200004&Ing=en&nrm=iso>. em: 16 de setembro de 2011, 15h10min.

PEREIRA, Jardel Costa. Cultura e Vida Escolar: O Grupo Escolar de Lavras (1907-1925). In: Il Congresso de pesquisa e ensino em Historia da Educação em Minas Gerais. Uberlandia/MG, 2002. v. 1. p. 3-142.

